

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
GOIÁS**

CAMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA BILÍNGUE

JACY ROCHA DOS SANTOS RAMOS

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM DEBATE A PARTIR DA
METODOLOGIA DE PAULO FREIRE**

APARECIDA DE GOIÂNIA

2020

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO
NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Jacy Rocha Dos Santos Ramos

Matrícula: 20161090080294

Título do Trabalho: A educação de Jovens e Adultos: Um debate a partir da metodologia de Paulo Freire.

Autorização - Marque uma das opções

1. ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
☐ Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

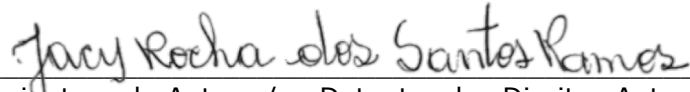
- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Aparecida de Goiânia, 06/01/2021.

Local

Data

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS**

A handwritten signature in black ink, reading "Jacy Rocha dos Santos Ramos". The signature is written in a cursive style with a large initial 'J' and 'R'. It is positioned above a horizontal line.

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

JACY ROCHA DOS SANTOS RAMOS

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM DEBATE A PARTIR DA
METODOLOGIA DE PAULO FREIRE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia Bilíngue, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia/IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia Bilíngue.

Orientador: Prof. Dr. Danyllo Di Giorgio M. da Mota

APARECIDA DE GOIÂNIA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R175 Ramos, Jacy Rocha dos Santos
A Educação de Jovens e Adultos: um debate a partir da metodologia de Paulo Freire. / Jacy Rocha dos Santos Ramos. - Aparecida de Goiânia, 2020.
60 f.

Orientador: Dr. Danyllo Di Giorgio M. da Mota.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Aparecida de Goiânia, Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, 2020.

1. Paulo Freire. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Educação popular. 4. Pedagogia. 5. Autonomia. 6. IFG Aparecida. I. Título

CDD 374.981

Catalogação na publicação:
Thalita Franco dos Santos Dutra – CRB 1/2186



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

TERMO DE APROVAÇÃO

JACY ROCHA DOS SANTOS RAMOS

A Educação de Jovens e Adultos: um debate a partir da metodologia de Paulo Freire

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Aparecida de Goiânia como requisito parcial para a obtenção do título de **Pedagogo Bilingue** pelo curso de Pedagogia Bilingue e desenvolvido na linha de pesquisa sob orientação do Prof. Dr. Danyllo Di Giorgio Martins da Mota .

Aprovado em 10 de novembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

(assinado eletronicamente)

Dr. Danyllo Di Giorgio Martins da Mota

(Presidente - orientador)

(assinado eletronicamente)

Dr.^a Keith Daiani da Silva Braga

(Membro Interno)

(assinado eletronicamente)

Dr.^a Aleir Ferraz Tenório

(Membro Externo)

Documento assinado eletronicamente por:

- Keith Daiani da Silva Braga, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 17/12/2020 10:13:02.
- Aleir Ferraz Tenorio, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 16/12/2020 17:26:02.
- Danyllo di Giorgio Martins da Mota, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 16/12/2020 15:37:36.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 16/12/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 115987

Código de Autenticação: 2804fa9a93



Agradecimentos

Agradeço a Deus que está sempre renovando as minhas forças, ao meu esposo Ednaildo, aos meus filhos Lucas Emanuel e Jordana, à minha mãe Rosa e ao meu orientador dr. Danyllo por estar sempre disponível para orientação com presteza e gentileza e a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória no Instituto Federal de Goiás – Campus Aparecida de Goiânia.

Os mestres sábios, aqueles que ensinaram muitas pessoas a fazer o que é certo, brilharão como as estrelas do céu, com um brilho que nunca se apagará (DANIEL,12:3).

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é de caráter bibliográfico, traz a discussão da Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Popular e outros diferentes conceitos utilizados para se referir a esta modalidade dentro da concepção e metodologia de Paulo Freire. A partir das obras de Paulo Freire, Gadotti, Gilberto Teixeira e entre outros autores, procurou-se compreender a possibilidade de haver a prática da educação popular nos Institutos Federais, analisando os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos técnicos integrado ao ensino médio de Alimentos e Modelagem do Vestuário na modalidade de Jovens e Adultos no campus Aparecida de Goiânia, explorando a história dos Institutos Federais de forma geral e também em específico do Campus Aparecida. Considerando toda a trajetória de exclusão e desvalorização histórica compreendo que a educação de adultos é de grande importância para a sociedade, e os Institutos Federais se destacam pois elevam a educação de adultos para além da educação profissionalizante.

Palavras-chave: Paulo Freire. Educação de Jovens e Adultos. Educação Popular. Pedagogia. Autonomia. IFG Aparecida.

ABSTRACT

This Course Conclusion Paper (TCC) is bibliographic in nature, it brings up the discussion of Youth and Adult Education (EJA), Popular Education and other different concepts used to refer to this modality within the conception and methodology of Paulo Freire. Based on the works of Paulo Freire, Gadotti, Gilberto Teixeira and among other authors, we sought to understand the possibility of popular education at Federal Institutes, analyzing the Pedagogical Course Projects (PPC) of technical courses integrated with high school of Food and Clothing Modeling in the Youth and Adult modality at the Aparecida de Goiânia campus, exploring the history of the Federal Institutes in general and also specifically at the Aparecida Campus. Considering the entire trajectory of exclusion and historical devaluation, I understand that adult education is of great importance for society, and the Federal Institutes stand out because they elevate adult education beyond vocational education.

Keywords: Paulo Freire. Youth and adult education. Popular Education. Pedagogy. Autonomy. IFG Aparecida.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABC – AÇÃO BÁSICA CRISTÃ

ABIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO

BNCC – BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

CEAA – CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTE E ADULTOS

CEB – CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

CEFET-GO – CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS

CNAEJA – COMISSÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CNEA – CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

CNER – CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL

CPC – CENTROS POPULARES DE CULTURA

CNTC – CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS

EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

ETFG – ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE GOIÁS

FIC – FORMAÇÃO INICIAL CONTINUADA

FNEP – FUNDO NACIONAL DO ENSINO PRIMÁRIO

FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IFG – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

MCP – MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MEB – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

MOBRAL – MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

MOVA – MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

PAS – PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA

PBA – PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

PDE - PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

PE – PERNAMBUCO

PNAA – PLANO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

PNAD, CONTÍNUO – PESQUISA POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA

PPC – PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

PUC – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

PNE – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PPP – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PPI – PRÁTICA PROFISSIONAL INTEGRADA

PROEJA – PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

PROJOVEM – PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS

PRONATEC – PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO

PRONERA – PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA
AGRÁRIA

PROUNI – PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

REUNI – PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E
EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

SEA – SERVIÇO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

SEC – SERVIÇO DE EXTENSÃO CULTURAL

SECAD – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E
DIVERSIDADE

SECADI – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO
DIVERSIDADE E INCLUSÃO

UNED – UNIDADE DE ENSINO DESCENTRALIZADA

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A
CIÊNCIA E A CULTURA

UNICAMP - UNIVERSIDADE DE CAMPINAS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. O AUTOR E SEUS CONCEITOS.....	16
1.1. HISTÓRICO, BIOGRAFIA E BIBLIOGRAFIA DE PAULO FREIRE.....	16
1.2. PENSANDO OS CONCEITOS: EDUCAÇÃO DE ADULTOS E EDUCAÇÃO POPULAR.....	25
2. A EDUCAÇÃO DE ADULTOS: DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA AO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO IFG.....	30
2.1. CARACTERÍSTICAS E HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL.....	30
2.2. BREVE HISTÓRICO DA EJA NOS INTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO.....	37
2.3. EJA NO CAMPUS APARECIDA DEGOIÂNIA.....	44
3. DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS À EDUCAÇÃO POPULAR: POSSIBILIDADES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO IFG.....	52
3.1. É POSSÍVEL PROMOVER UMA EDUCAÇÃO POPULAR EM - INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO?.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa inicia com o estudo da vida e história de Paulo Freire, pois é impossível escrever sobre a educação sem mencioná-lo, principalmente na educação de jovens e adultos (EJA). O método Paulo Freire teve sua importância reconhecida por atender um grande número de pessoas ao mesmo tempo e acelerar o processo de alfabetização, além de ter um ideário político pautado no diálogo e na interação a fim de garantir a libertação e a realidade de vida de cada indivíduo, suas ideias e experiências atualmente são conhecidas como educação popular. Como pensador e educador, Paulo Freire vê a educação por meio da reflexão político-pedagógica que leve o aluno a construir um saber crítico e politizado, e que seja uma educação para além da sala de aula.

A Educação de Jovens e Adultos tem o objetivo principal de promover a construção do conhecimento e reduzir o problema da exclusão de viés político e ideológico, mas historicamente passou a ser vista apenas como uma opção para aprimorar a mão de obra e se adaptar para o acesso ao mercado de trabalho. Este portanto foi um dos maiores desafios de Paulo Freire, a educação bancária.

Vivemos em uma sociedade totalmente globalizada e competitiva, dessa forma surge a necessidade de as pessoas retomarem seus estudos, tornando a educação de adultos somente para a qualificação de mão de obra para atender as demandas do mercado de trabalho. Assim, nasce nos Institutos Federais a possibilidade de uma educação que atenda a população e não seja meramente um ensino profissionalizante.

A escolha do tema deste trabalho aconteceu durante as aulas de estágio na disciplina de Educação de jovens e adultos. Durante as atividades de campo, nos deparamos com jovens e adultos que se encontram fora da sala de aula há muito tempo, principalmente nos anos iniciais do ensino Fundamental I. O que me chamou atenção é que esses alunos tem uma história de vida marcada por vários tipos de exclusões, sejam sociais, econômicas e/ou intelectuais. Neste sentido, o presente projeto de pesquisa se torna de suma importância, uma vez que é um assunto de grande relevância para a educação.

Assim como na educação de jovens e adultos, muitas pessoas abandonam o ensino regular por diversos motivos e depois de muitos anos sem estudar retornam para a sala de aula. Me identifiquei com a situação, pois depois de muitos anos sem estudar, me encorajei a encarar um curso de graduação.

Dessa forma, essa pesquisa de caráter bibliográfico discutirá a Educação de jovens e adultos e a educação popular na visão de Paulo Freire, Gadotti, Gilberto Teixeira e outros autores, analisando essas modalidades de ensino dentro dos Institutos Federais, especialmente no campus Aparecida de Goiânia a fim de verificar se há a possibilidade de realizar uma educação de jovens e adultos de qualidade nos Institutos Federais de Educação.

Dentre os materiais bibliográficos estudados estão as obras de Paulo Freire com a Pedagogia do Oprimido (1987), Pedagogia da Autonomia (1996), Pedagogia da Esperança (1992), Política e Educação (1993), Educação como prática da Liberdade (1997), também a obra de Moacir Gadotti com a “História das ideias pedagógicas” (2004), incluindo também os Projetos Pedagógicos de Curso do técnico em modelagem e de alimentos do campus Aparecida de Goiânia.

O trabalho está elaborado em três capítulos, o primeiro faz uma síntese da história da vida e as contribuições de Paulo Freire para a educação, diferenciando a educação popular da educação de jovens e adultos, o segundo capítulo descreve o desenvolvimento da EJA no Brasil e no IFG, o terceiro capítulo analisa a modalidade EJA a partir das experiências e documentos disponibilizados pelo IFG – Campus Aparecida de Goiânia, dessa forma analisa e caracteriza a educação de jovens e adultos de forma geral, e também a particularidade do ensino nos Institutos em especial o campus Aparecida de Goiânia.

1. AUTOR E SEUS CONCEITOS

1.1 HISTÓRICO, BIOGRAFIA E BIBLIOGRAFIA DE PAULO FREIRE

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em Recife (PE), na data de 19 de setembro de 1921, filho de Joaquim Temístocles Freire e Edeltrudes Neves Freire. Aos 10 anos de idade foi morar em Jaboatão, uma cidade vizinha da capital pernambucana, aos 13 anos de idade Paulo perdeu o pai, apesar das tristezas que a cidade lhe remetia, também foi onde desfrutou de muitos momentos bons e felizes.

(...) foi lá em Jaboatão que aprendeu a tomar para si, com paixão, os estudos das sintaxes popular e erudita da língua portuguesa. Assim Jaboatão foi um espaço-tempo de aprendizagem, de dificuldades e de alegrias vividas intensamente, que lhe ensinaram a harmonizar o equilíbrio entre o ter e o não-ter, o ser e não-ser, o poder e não-poder, o querer e não-querer. Assim forjou-se Freire na disciplina da esperança” (FREIRE, 1992, p. 222).

Ainda em Jaboatão Paulo Freire finalizou a escola primária, e cursou o primeiro ginásial no Colégio 14 de julho, que na prática era uma extensão do Colégio Francês Chateaubriand. Após este primeiro ano, devido às condições financeiras, a mãe de Paulo Freire não conseguia continuar pagando a mensalidade, então foi necessário ir para outra escola (FREIRE, 1992).

Aluizio Araújo, o dono do Colégio Oswaldo Cruz, concedeu a Paulo Freire a bolsa integral. Portanto, nesta escola localizada em Pernambuco, concluiu os sete anos de estudos – cursos do fundamental e pré-jurídico – e aos 22 anos de idade entrou na Faculdade de Direito de Recife, optou por este curso pois apenas este era oferecido dentro da área de humanas, uma vez que, ainda não havia em Pernambuco um curso superior para a formação de educadores (FREIRE, 1992).

Aos 23 anos de idade se tornou professor de língua Portuguesa na escola Oswaldo Cruz, depois passou a ser diretor de Educação e Cultura no SESI, dessa forma, teve contato com a educação de adultos e trabalhadores, percebendo assim que era

necessário um trabalho específico em alfabetização. Ocupou o cargo de diretor por 7 anos (1947 – 1954) e ainda foi promovido à superintendente em 1954, ficando neste cargo por 3 anos (FREIRE, 1992).

Paulo Freire e outros educadores estavam aflitos com a realidade social de Recife e também preocupados em dedicar-se a educação, com isso fundaram o Instituto Capibaribe oficialmente em 1955 como sociedade civil sem fins lucrativos, com o objetivo de educar crianças, formar professores e atualizar famílias, é considerada uma das primeiras escolas “alternativas” da cidade, sendo conhecida pelo seu alto nível de ensino e formação científica, ética e moral, e também é focada na consciência democrática do aluno.

Em 1956 Paulo Freire foi nomeado membro do Conselho Consultivo de Educação de Recife juntamente com oito educadores pernambucanos, alguns anos mais tarde foi intitulado diretor da Divisão de Cultura e Recreação do Departamento de Documentação e Cultura.

Em 1958, sob governo de Juscelino Kubitschek, havia preocupação com os problemas sociais, sendo um deles a educação. As ideias e a prática de Paulo Freire já tinham tomado destaque, sendo popular.

No início dos anos 60 iniciou sua participação nos movimentos de educação popular, se tornando um dos fundadores do Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, por meio deste trabalho da cultura popular tinha o propósito de colaborar para a participação efetiva do povo na sociedade, este movimento foi fundamental para a formação profissional e política de Freire.

Dentre os trabalhos de cultura popular, organizou e dirigiu a campanha de alfabetização de Angicos, no Rio grande do Norte. Angicos foi um projeto de cultura popular, com ênfase na alfabetização respeitando as tradições, a cultura e os saberes do povo. Criou-se então a Comissão Nacional de Cultura Popular, e Paulo Freire foi coordenador, dedicando-se para construir uma sociedade brasileira.

Idealizador deste projeto, que teve o objetivo de lutar contra o analfabetismo para gerar uma sociedade democrática e que promove a justiça, Paulo Freire propôs uma educação democrática e que desenvolvesse a educação para o fortalecimento da cidadania, em benefício de 300 trabalhadores rurais da cidade de Angicos.

O projeto de Angicos foi o ápice da transformação pedagógica, propondo mudanças educacionais, políticas e sociais. Naquela época a sociedade nordestina passava por diversos transtornos, em que a alfabetização de adultos aparecia como pré-requisito para a evolução e desenvolvimento da sociedade, este projeto trouxe a resposta para ter justiça social e democracia. Dessa forma, Angicos anulou a ideia de que a educação pública é ruim, ineficiente e insuficiente, enquanto a educação privada é rotulada de inovadora, eficaz, válida e que é fornecedora de uma educação de excelente qualidade.

Sua primeira prática com o ensino superior foi ser docente da disciplina de Filosofia da Educação na Escola de Serviço Social, que mais tarde foi integrada a Universidade do Recife. Em 1959, defendeu a tese de tema “Educação e atualidade brasileira” e conquistou o título de doutor em Filosofia e História da Educação, se tornando professor efetivo de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Recife após ser aprovado no concurso em 1961.

Com a aprovação do concurso e a conquista do título de doutor, foi concedido também junto o certificado de Livre-Docente como professor de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes, tomando posse em abril de 1962.

Essencialmente, a livre-docência (LD) é um título acadêmico que atesta a qualidade das atividades de ensino no nível superior e de pesquisa de seu portador. 6 A LD corresponde também a uma progressão acadêmica mais ampla, na qual não apenas a pesquisa é avaliada (mas também no doutorado), como também o ensino, e que é necessária para a posterior ascensão a professor titular. Nesse sentido, a LD relaciona-se a uma etapa preparatória do profissional para assumir novos cargos e funções administrativas de grande responsabilidade na estrutura universitária, tais como aquelas exercidas pelos docentes titulares (e.g., presidência de órgãos, diretoria, pró-reitoria, reitoria, etc.) (CONTILIANI, PEREIRA, 2019, p. 1).

Paulo Freire foi escolhido pelo então governador Miguel Arraes, para estar entre os primeiros quinze conselheiros do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, pelo requisito de pessoas de notório saber e experiência em matéria de educação e cultura no Estado de Pernambuco, tomou posse em 1963.

Em 1964 com o iminente golpe militar, treze dos escolhidos por Arraes assinaram coletivamente o pedido de exoneração de seus cargos, Paulo Freire estava trabalhando no Programa Nacional de Alfabetização e não pôde assinar, mas mesmo assim foi destituído do cargo.

Com a escrita do relatório intitulado de “A Educação de Adultos e as Populações Marginais: O Problema dos Mocambos” no Seminário Regional Preparatório ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos, Paulo Freire afirma que para a educação de adultos o ensino deveria ser baseado no cotidiano dos alunos, para que não fosse um aprendizado superficial e sim repleto de significância (BEISIEGEL, 2010).

De acordo com Gadotti (1996), Freire só se dispunha fazer trabalhos para a democracia, se fundamentando no contexto de vida dos educandos. Vejamos:

Propôs uma educação de adultos que estimulasse a colaboração, a decisão, a participação e a responsabilidade social e política. Freire, atento à categoria do saber que é apreendido existencialmente, pelo conhecimento vivo de seus problemas e os de sua comunidade local, já explicitava o seu respeito ao conhecimento popular, ao senso comum (GADOTTI, 1996. p.35).

Este relatório fora apresentado no II Congresso de Educação de Adultos em 1958, sendo considerado de grande importância e decisivo para o discernimento da concepção pedagógica da época, esta era vista como alienante e imparcial.

Para Paulo Freire a educação e o processo de escolarização dos sujeitos precisam se conectar à vida e as necessidades dos estudantes, referindo-se ao autoconhecimento, autonomia e a consciência dos problemas sociais, dessa forma a educação é para além da escolarização e profissionalização, e sim para a conscientização como cidadão, participante dos processos e das decisões da sociedade.

O autor possuía uma concepção abrangente e completamente progressista, uma vez que a educação era considerada um ato político, em um tempo da sociedade elitista e de classes desvalorizadas. Paulo Freire percebia a essência política da educação, colocando em análise e avaliação tanto sua prática e teorias.

Freire levava em consideração o contexto vivido pelos educandos, sempre partindo do saber, da linguagem, necessidade e experiência, encaminhando-os para um universo de possibilidades. Dessa forma o método Paulo Freire não é apenas estratégias

com o objetivo de alcançar o aprendizado pleno, mas que o alfabetizando se enxergue como participante ativo na sociedade.

A metodologia de Freire parte do “vocabulário mínimo”, conhecido também por “palavras geradoras” que é um conjunto de palavras que fazem parte do cotidiano dos educandos. Assim o êxito e efetividade do método baseia-se na realidade do alfabetizando e seu atual contexto de vida.

A importância de Paulo Freire para a educação brasileira ao meu ver, se dá a partir do momento em que seu método chama atenção de políticos e educadores por sua eficiência, pois mesmo sem saber muitos educadores praticam seu método em todas as fases do ensino, sendo educação infantil, fundamental, ensino médio e ensino superior. De acordo com Gadotti (1996) este método tem o poder de acelerar o processo de alfabetização de adultos em três momentos:

Primeiro a investigação temática que busca palavras geradoras que envolvem o cotidiano dos educandos e da sociedade em que estão inseridos, em seguida a tematização que ocorre quando aluno e professor codificam e decodificam esses temas entendendo seu significado social, e enfim a problematização que corresponde a troca da visão mágica por uma visão crítica.

O método segue regras metodológicas e linguísticas, mas faz com que o educando se alfabetize, se aproprie da escrita e também se politize, possuindo uma compreensão plena da linguagem e do mundo. Gadotti reitera que “o trabalho de Paulo Freire é mais do que um método que alfabetiza, é uma ampla e profunda compreensão da educação que tem como cerne de suas preocupações a sua natureza política” (GADOTTI, 1996, p. 40)

Após participar da campanha de Alfabetização de Angicos no início dos anos 60, foi para Brasília a convite do então Ministro da Educação Paulo de Tarso Santos, do governo Goulart, para uma campanha nacional de alfabetização. Dessa forma, surgiu o Programa Nacional de Alfabetização utilizando o método de Paulo Freire, com a finalidade de alfabetizar e politizar 5 milhões de adultos.

Após alfabetizados estes numerosos alunos poderiam pela lei vigente da época fazer parte da eleição dos anos 60, mas apenas 11 milhões e seiscentos mil eleitores participaram da votação para eleição presidencial. Estes novos eleitores da massa popular eram instigados a identificar as injustiças cometidas e também a lutar pelas

mudanças desejadas. O Programa Nacional de Alfabetização que já havia sido oficializado, foi extinto pelo governo militar em abril de 1964, pois identificaram a ameaça propínqua.

Após ter sido obrigado a responder inquérito policial por duas vezes, sentiu medo e exilou-se na Bolívia em 1964, mas com o golpe de Estado na Bolívia que aconteceu logo depois da sua chegada no País, partiu para o Chile com a sua família e tiveram exílio político, permanecendo em Santiago por quase 6 anos, trabalhando como assessor do Instituto de Desarrollo Agropecuario, no Ministério da Educação do Chile e também como consultor da UNESCO junto ao Instituto de Capacitación e Investigación em Reforma Agrária do Chile, entre 1964 a 1969.

Mais tarde foi convidado a lecionar nos Estados Unidos e trabalhar no Conselho Mundial das Igrejas, atendendo os dois convites morou em Cambridge - MA, ministrou aula sobre suas próprias ideias e práticas na Universidade de Harvard, depois mudou-se para Genebra para ser consultor Especial do Conselho Mundial de Igrejas e também lecionou na Universidade de Genebra.

A ofício do Conselho das igrejas viajou pela África, Ásia, Oceania e América ajudando os países que havia alcançado a independência política a estruturar e organizar a educação. Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau conheceu o trabalho de Paulo Freire em meados dos anos 60 quando tentavam desvencilhar-se do colonialismo.

Esteve exilado por quase 16 anos, entre 1964 a 1980 pois percebeu a essência política da educação e lutou para que o povo brasileiro fosse politizado, possibilitando a leitura de mundo.

Sob anistia política, retornou ao Brasil em 1979 afirmando para a imprensa que iria “reaprender” o Brasil. Regressou definitivamente para o Brasil em 1980, e aceitou ser professor da Pontifícia Universidade Católica - PUC em São Paulo, em razão da Lei de Anistia.

De acordo com Gadotti (1996), quando retornou ao Brasil precisou recomeçar tudo do início, pois com a Lei da Anistia o ex exilado precisava solicitar ao governo o estudo de seu caso, porém recusou-se a aceitar esta exigência pois considerou ofensivo.

Assim sendo, recomeçou novamente uma vez que em abril de 1964 havia sido demitido do cargo de diretor do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade de Recife e ainda sido aposentado do cargo de professor da Faculdade de Filosofia,

Ciências e Letras. Mas foi no SEC da Universidade de Recife que reiniciou suas atividades coordenando e organizando o “Método Paulo Freire”.

Após a imposição do pedido de retorno feito pelos alunos, tornou-se professor da Universidade de Campinas – UNICAMP, onde lecionou até o final de 1990. Enquanto Técnico em Educação no SEC criou a rádio educativa que é existente até os dias de hoje, com isso tomou posse novamente neste cargo aos quadros da Universidade, mas aposentou por tempo parcial de trabalho em 1991. A constituição de 1988 proíbe a ocupação de mais de dois cargos públicos e aposentadorias, portanto, pediu demissão de seu cargo de professor na UNICAMP.

Tornou-se Secretário de Educação do Município de São Paulo em 1989, e com uma gestão democrática Paulo Freire deu novos caminhos e significados para o ato de educar, compreendendo e atendendo as necessidades das comunidades, também reformulou o currículo, deixando sua marca na educação do município de São Paulo.

Anunciou a sua saída um ano e meio após a sua posse, durante a sua gestão houve uma grande melhora no índice de aprovação, implantação de conselhos de escola, ampliação da educação de adultos e o desenvolvimento de projetos de informática e de orientação sexual, mas também dispôs de grandes problemas com a burocracia, orçamento e companheiros de seu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT) (JORNAL DO BRASIL, 2019).

Paulo Freire é uma das principais referências da educação brasileira, também o mais estudado e discutido na área acadêmica, tanto no âmbito nacional como internacional, além de ser muito requisitado para o embasamento teórico de pesquisas sobre a alfabetização, Freire deixou um legado em suas obras que são usadas hoje para o desenvolvimento da educação moderna.

O método Paulo Freire contribuiu para a educação brasileira, proporcionando a sistematização ideológica e experiências que hoje é chamada de educação popular, tinha como finalidade a valorização do diálogo e a libertação e o direito à educação básica.

Freire compreende a educação de duas formas, primeiro o ensino capaz de preparar a população para o mundo do trabalho, tanto na forma técnica e científica. E também a educação que alfabetiza os adultos de forma conscientizadora, tendo como objetivo a leitura de mundo, a autonomia e uma formação politizada.

A partir das leituras e pesquisas vou tomando consciência da importância que Paulo Freire tem e que deveria exercer sobre a educação brasileira, pois é necessária uma educação de qualidade e gratuita que tenha como objetivo a liberdade de expressar experiências de vida e transforma-la em conhecimento científico e ser inseridos no mercado de trabalho de forma a igualitária para acompanhar o ritmo das novas descobertas.

As obras de Paulo Freire são até hoje reproduzidas em várias línguas, sendo referenciada internacionalmente na pedagogia e filosofia, as ideias de Freire refletem ainda hoje nos movimentos populares espalhados pelo Brasil, por ex: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que tem a educação popular como base da militância, uma vez que o autor foi um dos grandes organizadores da educação popular.

Diante do cenário de amor e ódio, Freire é colecionador de diversos títulos, homenagens e prêmios que lhes foram concedidos ao longo de sua vida e após sua morte. Mais de 350 escolas no Brasil e no exterior, conheceram seu nome e seus livros se espalharam pelo mundo, é perceptível que seu reconhecimento é bem maior do que qualquer desqualificação que vem recebendo nos debates públicos, com ascensão dos conservadores ganhando notoriedade após a última eleição em 2018.

Mesmo após anos de sua morte sua presença é notada e refletida na vida de milhares de educadores ao redor do mundo. De acordo com a pesquisa realizada em 2016 por Elliot Green usando a ferramenta de literatura acadêmica “Google Scholar”, o livro de pedagogia do oprimido escrito em 1968 por Paulo Freire é a terceira obra mais citada no mundo em trabalhos acadêmicos e universidades.

No Brasil, Freire foi homenageado pela escola de samba “Águia de Ouro” campeã do carnaval de 2019, retratando a história do desenvolvimento do conhecimento humano desde a época pré-histórica até um possível futuro tecnológico e sustentável. Foi considerado o mais politizado desfile de 2019, representando a importância da educação recebeu duras críticas dos atuais governantes.

Apesar de ter sido homenageado pela escola de samba e ter recebido o título de Patrono da educação desde 2012, é notável que suas ideias e seu nome nunca foram mencionados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e também em muitos cursos na área da educação de diversas universidades.

Embora nos últimos tempos seu nome e suas ideias tem sido difamadas, demonizadas e empregadas como sinônimo de todos os males que acomete a educação brasileira, suas ideias estão distantes da educação no Brasil. Portanto, todo esse ataque sem precedente e preconceituoso só fere ainda mais a educação no Brasil, pois o próprio Paulo Freire nunca quis ser o centro das atenções. Toda esta hostilidade, reflete negativamente na vida dos alunos menos favorecidos impedindo que os mesmos tenham uma educação transformadora e libertadora.

Mesmo após duas décadas de sua morte, Freire e suas ideias voltam a ser consideradas uma ameaça e até título de Patrono da educação Brasileira é colocado em discussões no congresso nacional. O aumento da crescente rejeição ao seu legado é consequência do aumento do conservadorismo no Brasil, com a participação de uma parte dos meios de comunicação que ajuda, reforça repassando a ideia e a visão direitista. Felizmente no campo da educação, ainda tem professores e educadores que ainda trabalham tentando formar pensamentos críticos e valorizam suas obras.

A prática da educação bancária está presente mais do que nunca nas escolas em razão do conhecimento superficial das ideias de Paulo Freire, por parte dos educadores que não sabem repensar as suas práticas. Essa perseguição só faz com que a educação sofra um total retrocesso, os que vivem a condenar os ensinamentos de Freire o faz por ignorância por não conhecer e compreender as suas contribuições, pois se realmente conhecesse, reconheceria que o problema da educação não é Paulo Freire, e sim a falta de práticas e seus ensinamentos.

Deixando claro que Paulo Freire está sempre vivo e atual mesmo após sua morte, nunca esteve ultrapassado para quem quer aplicar seu método nas salas de aula. Ele não é contra os conteúdos na educação, seu questionamento é ensinar e se conectar com a leitura de mundo, o seu método pode ser um grande aliado para fazer a avaliação do seu próprio trabalho, ou seja, refletir sobre a prática e a teoria.

As obras de Paulo Freire, faz o professor compreender seu papel na construção de uma educação que vai além de transmitir conhecimento, as ideias de Paulo Freire, são boas, atuais e lutam por mudanças sociais.

1.2. PENSANDO OS CONCEITOS: EDUCAÇÃO DE ADULTOS E EDUCAÇÃO POPULAR

A educação é um direito de todo cidadão, mas há quem não tenha acesso ou não esteja frequentando as salas de aulas, e não é uma realidade distante. Dados recentes – 2019 – divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Ministério da Educação (MEC), indicam que em 2019 aproximadamente 26.923.730 crianças foram matriculadas no ensino fundamental e cerca de 2.77% destes matriculados não chegam nas matrículas do ensino médio regular, dessa forma os dados revelam um número de 3.273.668 matrículas nas turmas de EJA (BRASIL, 2019).

Ao analisar a recente Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD - Contínua) divulgada em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entende-se que o Brasil tem pelo menos 11,3 milhões de pessoas com mais de 15 anos analfabetas (IBGE, 2019).

A educação de Jovens e adultos atualmente é um modelo de ensino que tem como objetivo oferecer o ensino fundamental e o médio para a população que não tiveram acesso à educação na série regular. Esta modalidade de ensino oferecida para pessoas com idade acima de 15 anos, a grande maioria dos alunos que frequentam as aulas da Educação de Jovens e Adultos - EJA são homens e mulheres trabalhadores, que buscam na educação melhores condições de vida, por fazer parte de uma população pobre e que está sempre em desvantagem em relação aos ricos.

A educação de adultos sempre está em discussão entre docentes, governo e a comunidade por se tratar de uma modalidade que tem como objetivo preparar o aluno para o mundo do trabalho, pois o mercado está cada vez mais necessitado de mão de obra qualificada.

Contrariando assim a proposta pedagógica principal, que é promover o desenvolvimento e a construção do conhecimento que está além de ler e escrever, levar o indivíduo a conhecer a si mesmo e reconhecer o outro como sujeito, considerando as diferenças individuais adquiridas por meio de vivências ao longo da vida na família, no trabalho, nos movimentos sociais e culturais.

O maior desafio da EJA é diminuir o grande problema da exclusão social, portanto, acredita-se que essa modalidade tem um significado enorme na vida de muitas pessoas, pelo seu poder de mudança que é ajudar a construir uma sociedade democrática, justa e igualitária de direitos e deveres.

É impossível falar da Educação de Jovens e Adultos sem mencionar Paulo Freire, como pensador e educador ele vê a educação por meio da reflexão político-pedagógica que conduz o aluno a um saber crítico e politizado para além da sala de aula. Freire foi o maior educador brasileiro capaz de ouvir o anseio do povo oprimido e lutar por eles, com sua capacidade intelectual organizou o povo e os levou a refletir sobre a situação vivida, transformando-os em instrumento de luta política e estratégia para a erradicação do analfabetismo e o fortalecimento dos grupos populares. Portanto o método Paulo Freire vai além de uma mera estratégia, é também um instrumento de transformação social.

Educação popular é um modelo de educação que valoriza a sabedoria popular e a cultura de um povo, ou seja, não é uma educação institucional. Gadotti (1998, p.72), fiel seguidor de Paulo Freire e defensor de uma educação transformadora afirma que a educação não é neutra, a educação e a política andam juntas a fim de conscientizar o ser humano e analisar criticamente a sociedade em que está inserido e lutar contra o sistema social e os grupos que controlam o meio educacional.

É uma educação de prática social, portanto suas atividades são organizadas e acontecem fora do ambiente formal. Seu objetivo é ensinar de acordo com a especificidade de cada grupo, com a finalidade de fortalecer as organizações sociais e colocar em prática os saberes populares, sendo caracterizada por desenvolver projetos de transformação social, por meio da construção de novos conhecimentos, especificamente envolvendo a realidade política e social.

Não é uma educação formal porque tem o objetivo de formar indivíduos para o conhecimento da cidadania e da política, a educação popular tem como característica principal ensinar por meio do saber popular usando temas gerados no dia a dia. Esse modelo de ensino pode ser usado em vários contextos e realidades, e ocorre dentro de grupos e movimentos sociais como nos assentamentos rurais, aldeias indígenas e também no ensino de jovens e adultos.

Brandão (1986), divide a educação popular em quatro pontos, primeiro é um saber da comunidade; segundo que é um ensino público, isto é, a luta pela acessibilidade; terceiro é a educação para as classes populares e por último a educação do poder popular, como uma sociedade igualitária.

Nesse sentido há uma educação politizada e integral, assim sendo os fundamentos da educação popular são definidos pelos seus objetivos, isto é, o projeto político em que está inserida a prática educativa. O educador popular é definido pelo seu posicionamento político, pois carrega consigo o compromisso de construir coletivamente organizações sociais e populares.

Ao tentar compreender sobre a educação de adultos e educação popular, percebi que são contraditórias em alguns momentos. De acordo com Gadotti e Torres (1992), o termo “Educação de adultos” tem sido usado por organizações internacionais como uma área específica da educação, um exemplo é a UNESCO. Já a expressão “Educação Popular” é desenvolvida de forma alternativa, ideológica por igrejas, grupos intelectuais, políticos ou movimentos sociais e populares.

Portanto, Gadotti afirma:

“saber escolar” não está embalado e estocado em depósitos e guardado pela polícia da classe dominante. Por isso, a aprendizagem não pode ser entendida como simples depositar de informações, mas como uma construção coletiva (GADOTTI, 2004, p. 141).

É por meio do diálogo que sempre é silenciado, que se promove a reflexão e a problematização da realidade, daí ocorre a percepção crítica e o rompimento da situação de pressão.

A educação de jovens e adultos e a educação popular está dentro de um posicionamento político e alcança uma enorme dimensão social, por se tratar de uma educação que busca perceber uma população desamparada. Na educação de jovens e adultos, as salas de aula estão repletas de alunos que tem uma história de vida marcada por diversos tipos de exclusões sociais, econômicas, intelectuais ou outros motivos, e esses alunos depois de muito tempo voltam a estudar.

Paulo Freire afirma que a educação é um ato político, não é neutro e que é repleto de ideologia;

Como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo (...). Neutra, indiferente a qualquer destas hipóteses, a da reprodução da ideologia dominante ou a de sua contestação, a educação jamais foi, é ou pode ser. (FREIRE, 1996, p. 96).

Quando Paulo Freire aponta o analfabetismo, ele está indicando também a falta de autonomia pessoal, social, econômica e principalmente política. De acordo com Gadotti (2007, p. 32), o analfabetismo é a negação de um direito, portanto não se trata apenas de uma questão pedagógica, mas também política. Sendo educador e pensador, Freire vê a educação por meio da reflexão político pedagógica que leve o aluno a construir um saber crítico e politizado, significando uma educação integral.

A política está totalmente ligada as relações humanas, no entanto é dependente do vínculo existente a educação e a política.

Portanto, Paulo Freire insiste na necessidade de não dissociarmos política e educação, para evitar, por exemplo, que nossas crianças, jovens e adultos possam ser vitimadas por um processo educativo que acentua o preconceito a violência, a intolerância, a ingenuidade, o individualismo e até mesmo a desinformação e, enfim, aceitem uma sociedade desigual. Por isso ele propõe uma educação política. (PADILHA, 2005, p.21).

Uma vez que a educação não é neutra é impossível negar o caráter político da educação, o educador deve estar consciente da sua opção não podendo esquivar-se de expor suas ideias sobre diferentes temas abordados em sala de aula sabendo diferenciar política da educação e política partidária, ou seja, os professores não devem aplicar pensamento partidário dentro da sala de aula.

Sobre o papel do professor como ato político, Libâneo (1994) afirma que:

O compromisso social, expresso primordialmente na competência profissional, é exercido no âmbito da vida social e política. Como toda profissão, o magistério é um ato político porque se realiza no contexto

das relações sociais onde se manifestam os interesses das classes sociais. O compromisso ético-político é uma tomada de posição frente aos interesses sociais em jogo na sociedade. Quando o professor se posiciona, consciente e explicitamente, do lado dos interesses da população majoritária da sociedade, ele insere sua atividade profissional – ou seja, sua competência de vida e de trabalho e a ação conjunta pela transformação das condições gerais (econômicas, políticas, culturais) da sociedade (LIBÂNEO, 1994, p.48).

Para Freire não há neutralidade na educação, há sempre uma intencionalidade política, uma educação transformadora ou conservadora. Se dá de acordo com a escolha e decisão por parte dos envolvidos, que contribui para manter e organizar a dinâmica social.

No próximo capítulo relato as características e a história da educação de jovens e adultos no Brasil abrangendo os programas governamentais desta modalidade, também há uma breve descrição do histórico no IFG apontando especialmente o papel que o campus Aparecida de Goiânia exerce com esse modelo de ensino.

2. A EDUCAÇÃO DE ADULTOS: DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA AO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO IFG

2.1 CARACTERÍSTICAS E HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

A educação de jovens e adultos já acontecia no Brasil desde o período colonial. De acordo com Saviani (2011);

O processo de colonização abarca, de forma articulada mas não homogênea ou harmônica, antes dialeticamente, esses três movimentos representados pela colonização propriamente dita, ou seja, a posse e exploração da terra subjugando os seus habitantes (os índios); a educação enquanto aculturação, isto é, a inculcação nos colonizadores das práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores; e a catequese entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores (SAVIANI, 2011, p. 29).

No período colonial a educação era destinada as crianças, no entanto a Ordem dos Jesuítas realizava também a categorização e alfabetização dos indígenas adultos com o objetivo de ensinar a língua portuguesa para as tribos que habitavam na colônia brasileira, e juntamente com os Jesuítas chegaram as primeiras escolas no Brasil com objetivo missionário.

A educação de adultos entra em decadência com a saída dos Jesuítas em 1759, ficando na responsabilidade do Império contavam aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica) e política pombalina, e tornou-se acessível apenas para os filhos dos colonizadores portugueses sendo homens e brancos, dessa forma exclusiva para as classes dominantes.

Durante a constituição Imperial em 1824, foi dado um sentido mais amplo à educação pois todos os cidadãos teriam direito ao ensino primário, mas a lei não entrou em vigor. Mesmo assim, o império continuava a discussão relacionada a inserção dos pobres, livres, negros e escravos na educação formal.

Com a constituição de 1834 as primeiras províncias ficaram responsáveis pela educação, em especial a educação de jovens e adultos, sendo em caráter de caridade e

realizada por missionários letrados. Segundo Stephanou e Bastos (2005), era “preciso iluminar as mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso” (STEPHANOU, BASTOS, 2005, p. 261).

No período da República em 1879, na reforma de Leôncio de Carvalho o analfabeto era caracterizado como dependente e incapaz, de forma que a lei Saraiva de 1881 tirou o direito de voto das pessoas analfabetas, um ano depois Rui Barbosa declarou os analfabetos como crianças e incapazes de pensar.

As coisas só pioraram para a educação com a Constituição Republicana, em 1891 o direito de voto era só pra os letrados e ricos, ou seja, a constituição garantia o preconceito e a exclusão. A república era dominada por poucos, ser rico já não garantia o direito ao voto, precisava ser alfabetizado.

Iniciando o século XX, iniciou também um grande movimento social com o objetivo de acabar com o analfabetismo, até então os analfabetos eram culpados pelo subdesenvolvimento do Brasil. Uma calamidade pública havia tomado conta, e era necessário exterminar o analfabetismo, portanto criou-se em 1915 a Liga Brasileira contra o analfabetismo, a fim de fortalecer as instituições republicanas.

Os analfabetos deveriam se tornar pessoas produtivas e contribuir para o crescimento do país, despontando assim uma educação competitiva que visava a empregabilidade e o crescimento econômico, e não um ensino para a participação e cidadania. A população brasileira estava vivendo um dilema tanto educacional quanto econômico, uma herança do período Imperial.

A urbanização e a necessidade de mão de obra minimamente qualificada nas indústrias, provocou no Brasil uma espécie de reprodução de um movimento que os países mais ricos tinham vivido mais de um século antes. A necessidade de ampliar a rede escolar fez o governo buscar novas diretrizes educacionais para o país (Constituição de 1934) e envidar esforços para diminuir o analfabetismo adulto. Portanto, o governo estava “preocupado” em ensinar os adultos para que eles pudessem, ao menos, saber produzir bens e serviços e prepara-los para o mercado de trabalho, já que nessa época a industrialização estava em alta (SAMPAIO, 2009, p. 17-18).

A educação de jovens e adultos foi sugerida oficialmente a partir da constituição de 1934 quando foi criado o Plano Nacional de Educação (PNE), sendo obrigatório e

gratuito dava acesso para as pessoas adultas ao ensino primário. Por meio de pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), foi criado em 1942 o Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), com a finalidade de criar programas para a inclusão de jovens e adultos no ensino supletivo, que foi regulamentado em 1945.

De acordo com Pereira *apud* Vale (1992), até a segunda guerra mundial a educação popular era considerada uma ampliação da educação formal, para o acesso de todos da periferia e da zona rural.

Em 1946 surgiu a Lei Orgânica do Ensino Primário com ênfase no ensino supletivo. A primeira Campanha de Educação de Adolescente e Adultos (CEAA) e o programa nacional Serviço de Educação de Adultos (SEA) aconteceu em 1947, com o intuito de atender pessoas analfabetas, coordenar e planejar o ensino supletivo, e acima de tudo promover a democracia que durou até 1950.

As chamadas campanhas de educação de adultos foram criadas por pressão por parte da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura das nações (UNESCO), que se preocupava com o subdesenvolvimento do país causado pelo analfabetismo. E assim acontecia a alfabetização em massa sem qualidade no ensino, o caminho para a democracia.

Em 1948, surge a ideia de professor voluntário, isso quer dizer que qualquer pessoa alfabetizada poderia ser professor sem a necessidade de formação específica. E com a criação da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) em 1952, a educação de adultos chegou na zona rural.

No final da década de 50 Paulo Freire participou do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, dando início as discussões que trouxe mudanças significativas para a educação libertadora, profissional e também para a conscientização, formação e treinamento de mão de obra produtiva.

Neste período Paulo Freire começou a ser conhecido e o seu método de alfabetização mostrou a necessidade do rompimento do preconceito relacionado às pessoas analfabetas, mostrando que o ato educativo deve acontecer de acordo com o histórico de vida de cada indivíduo, pois nesta época a pessoa analfabeta era visto como incapaz e inválido.

Gadotti e Romão explicam o analfabetismo como;

Analfabetismo é a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta (...), o analfabetismo não é uma doença ou “erva daninha”, como se costuma dizer entre nós. É a negação de um direito ao lado da negação de outros direitos. O analfabetismo não é uma questão pedagógica, mas uma questão essencialmente política (GADOTTI; ROMÃO, 2001, p. 32).

Surgiu então a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), e com a aparição de outros movimentos de grande repercussão foi encerrada em 1963. Na década de 60, começou uma mobilização voltada para a educação de adultos, abrindo espaço para a criação de diversos movimentos sociais.

- Movimento de Cultura Popular (MCP) - 1960;
- Movimento de Educação de Base (MEB) - 1961;
- Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” – 1961;
- Centros Populares de Cultura (CPC) – 1962.

Esses movimentos surgiram por meio das ideias de Paulo Freire, e assim foi idealizado um programa permanente para a extinção do analfabetismo no Brasil. Foi criado o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA), tendo Paulo Freire como diretor, e sendo interrompido pelo golpe militar em 1964.

O setor econômico brasileiro também passou por mudanças significativas, nessa época as indústrias se desenvolveram e também ocorreu a troca da exportação agrária para as importações.

Este período foi marcado por um fenômeno populista com o governo de Vargas, Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, todos conhecidos como salvadores da pátria. Esse momento foi propício para a política dos movimentos sociais, organizações de igrejas, estudantes e grupos de esquerdas, estes mobilizaram trabalhadores rurais e urbanos para lutar contra os baixos salários e maior participação na política. Nesses grupos surgem também a Educação de Base com ênfase na educação de adultos e a atuação na política.

Paulo Freire afirma;

A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização. [...] Dessa forma são tão importantes para a formação dos grupos populares certos conteúdos que o educador lhes deve ensinar, quanto a análise que eles façam de sua realidade concreta. (FREIRE, 2001, p. 16).

Em 1964 no governo militar os programas de educação voltados para a transformação e a conscientização social foram interrompidos, entre eles os centros populares de cultura (CPC) e as movimentos de educação de base (MEB). Nesse período a educação e seus dirigentes passam por um grande golpe, apreenderam materiais de trabalho, prenderam e até exilaram pessoas como fizeram com Paulo Freire, dessa forma a educação voltou a ser controladora e opressora.

O governo militar começou a investir em campanhas, uma delas é a Cruzada do ABC (Ação Básica Cristã), e em 1967 no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) com um propósito totalmente funcional, ou seja, ensinar o indivíduo a ler e escrever, continuando analfabeto e culturalmente sem conhecimento.

Gadotti e Romão (2001), afirmam que esse movimento veio para responsabilizar as pessoas pelo analfabetismo e as condições ruins que a economia estava enfrentando, além de que o governo teria controle dos moradores da área rural.

A música “Você também é responsável” da dupla Don e Ravel, se tornou tema do MOBRAL. A letra chamava a população para ajudar os analfabetos: “Você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho minha mão domável, eu sinto sede do saber”, portanto para alfabetizar os adultos não era exigido nenhuma formação pedagógica, era necessário apenas ser alfabetizado.

Marcado por denúncias e desvios de fundos financeiros, em 1985 houve a extinção do MOBRAL e a chegada da Nova República. A constituição de 1988 que está em vigência até o dia de hoje reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a lei Nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

A educação de jovens e adultos foi reconhecida como modalidade de ensino por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela Câmara de Educação Básica (CEB) Nº 1, de 5 de julho de 2000, ficando estabelecido as diretrizes curriculares

nacionais para a educação de jovens e adultos, garantindo também o acesso gratuito de uma educação de qualidade e adequada para as necessidades dos estudantes.

Com a extinção do MOBRAL foi criada a Fundação Educar, ligada ao Ministério da Educação com a função de acompanhar os investimentos e o desenvolvimento de seus programas.

No governo Fernando Collor de Mello em 1990 a Fundação Educar foi eliminada, e por falta de assistência do Governo Federal os municípios começaram a administrar a educação de jovens e adultos, houve também trabalhos realizados por organizações não governamentais como as Igrejas, universidades e movimentos sociais em prol da educação de adultos.

Afirma que o planejamento educacional é;

o processo contínuo que se preocupa como para onde ir e quais as maneiras adequadas para chegar lá, tendo em vista a situação presente e possibilidades futuras para que o desenvolvimento da educação atenda tanto as necessidades da sociedade quanto as do indivíduo (PARRA *apud* SANTANNA et al., 1995, p.14).

Durante o governo do Lula foram criadas 14 Universidades Federais, mais de 200 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, de acordo com lei nº 11.892/2008 o Programa Universidade para Todos (PROUNI) destinou mais de 700 mil vagas de universidades privadas para os jovens de baixa renda, além de expandir as Universidades Federais (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI) e um aumento expressivo de vagas do ensino superior público, criou também o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

A Educação de Jovens e Adultos foi ficando em posição secundária diante das demais modalidades de ensino, mas no segundo governo Lula ganhou um grande impulso e foi incluído no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Por meio da emenda constitucional 59/2009, modificou o artigo da constituição e tornou obrigatória a Educação Básica da Pré-escola ao Ensino Médio, resguardando o direito dos jovens e adultos ao ensino médio e aos demais programas ofertados. Em 2010 o ministro da

Educação e da Justiça, firmou acordos para ofertar o EJA aos privados de liberdade que estão sob custódia do estado em estabelecimentos penais.

O governo Dilma Rousseff iniciou em 2011 e teve fim em 2016 após meses de tramitação do processo iniciado no senado que culminou em um Impeachment. Foi a primeira mulher eleita a presidenta do Brasil, com a missão de dar continuidade ao governo Lula, no Início de seu governo criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), que se tornou a marca de seu governo.

Este programa que visa a qualificação de mão-de-obra, adotou políticas próprias para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) de âmbito Federal, ampliou a Seção transformando-o na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), incluindo a educação inclusiva e o PROJOVEM urbano na pasta.

O objetivo do EJA no Governo Dilma era superar o analfabetismo não adotando o conceito de educação ao longo da vida, sua meta era abaixar a taxa de analfabetismo funcional e oferecer para a EJA uma educação profissional integrada ao ensino fundamental e ao médio de forma gratuita e com garantia de permanência.

O Governo Bolsonaro, teve início em 2019 trazendo incertezas para a Educação de Jovens e Adultos. Iniciou seu mandato extinguindo a Secretaria de Educação Continuada Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), e não criou outra secretaria que trate do assunto, finalizou também a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), que acompanhava as políticas e ações realizadas pelo MEC por meio de representantes da sociedade e movimentos sociais.

A EJA é o principal programa que atende adultos analfabetos ou que abandonaram os estudos, a falta de investimento gera um impacto social grave pelo histórico de analfabetismo do país. O BRASIL ficou com a menor taxa de investimento da década, e com essas extinções permanecem apenas incertezas.

Desde o início a realidade da EJA é muito difícil com tantos obstáculos enfrentados durante seu histórico de lutas, resistindo mais uma vez no atual governo sem certezas de continuidade, e a perda maior acontece nas classes desfavorecidas.

Durante a trajetória histórica da EJA no Brasil, percebe-se que foram nos Governos Lula e Dilma (2003 – 2016) que foram desenvolvidos vários programas de políticas educacionais voltados para o atendimento aos jovens e adultos de maior visibilidade e que trouxe esperanças de melhores condições de vida.

2.2. BREVE HISTÓRICO DO EJA NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO

Com mais de um século, tendo início em 1909 o Instituto Federal de Goiás (IFG) possui um histórico extenso e de grande relevância para a sociedade de Goiânia. Sua legalidade veio por meio do decreto Nº 7566, assinado pelo presidente Nilo Pessanha criando uma escola em cada estado brasileiro, totalizando 19, em Goiás foi instalada na antiga capital Vila Boa (cidade de Goiás atualmente). A princípio sua proposta era a capacitação de alunos nas áreas de serralheria, vestuário, marcenaria, empalhação, couro e correaria.

Em 1942 houve uma transferência para a nova capital (Goiânia) com o nome de Escola técnica de Goiânia, e com novos cursos na área da indústria integrados ao ensino médio, pelo decreto Nº 4.127. Em 1959 por meio da Lei Nº 3552 passou a ter status Federal, possuindo autonomia em diversas áreas e sendo administrativa, financeira, pedagógica e entre outros. Em 1965 foi transformada em Escola técnica Federal de Goiás (ETFG) de acordo com a lei Nº 4.759, de 20 de agosto de 1965.

Em 1988 começou a expandir para as demais cidades do estado, criando a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Jataí, atualmente é o campus Jataí. Em 1999 passou a ser Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFETGO), oferecendo diversos cursos, níveis e modalidades de ensino.

Por meio da Lei Nº 11.892, a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica iniciou o processo de implantação e implementação do programa governamental, propondo um conceito de educação diferente da ideia que vinha sendo praticado e oferecido aos trabalhadores, reafirmando e garantindo a oferta de cursos na modalidade EJA. No artigo 7º fica determinado que os cursos oferecidos tenham currículos integrados a formação profissional com matrícula e certificação integradas.

Mesmo antes da criação dos cursos na modalidade EJA nos CEFETs já existia uma luta pela implementação de políticas mais eficientes para atender os trabalhadores brasileiros. E isso aconteceu com a revogação parcial do Decreto Nº 2.208 de 17 de abril de 1997, que permite a criação de políticas e programas que contemplam essa modalidade. Com isso os cursos existentes nas Escolas Técnicas Federais foram desintegrados, acontecendo a desvinculação de matrículas, matrizes curriculares e

certificados, dessa forma os alunos ficaram menos tempo na escola e conseqüentemente reduziu os custos.

O decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004, foi fruto de compromisso do governo Lula e do partido dos trabalhadores, que viabilizou a manutenção dos cursos integrados que estavam paralisados pelo Decreto Nº 2.208/1997. A partir desse momento, atendendo a reivindicações e compromissos assumidos em campanhas eleitorais, foi criado por meio de condições legais a implementação do programa de iniciativa do governo Federal voltado para EJA, integrando a educação básica e a formação profissional.

Em 2005 por meio do decreto Nº 5.478 houve a integração do PROEJA nos CEFETS e escolas técnicas e agro técnicas federais ligadas às universidades federais e a modalidade EJA. No entanto foi assinado um novo decreto de Nº 5.840, de 13 de julho de 2006 após debates entre representantes do Ensino Federal e da sociedade, alterando, ampliando o programa, possibilitando a implantação de novas políticas para a educação de jovens e Adultos e também contemplando outras redes de ensino.

Todavia o atendimento ao PROEJA é prioridade do poder público por ser uma grande quantidade de jovens e adultos que vivem em total situação de exclusão, levando-os a marginalidade, privando-os dos direitos e do exercício da cidadania.

Em 2005 iniciou no campus Goiânia o processo de implantação e implementação dos cursos na modalidade EJA, ainda estava em vigor o decreto Nº 5.478, que posteriormente foi revogado pelo decreto Nº 5.840/2006. Ocorreu oficinas e capacitação envolvendo servidores da área pedagógica e gestores acadêmicos, oferecidos pelo Ministério da educação e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Castro (2016) afirma que houve a participação das demais coordenações, entretanto somente a de turismo e hospitalidades sinalizaram positivo para a implantação dos cursos voltados para o EJA, portanto o programa não aconteceu no âmbito institucional, e nem por iniciativa de um grupo de professores.

Como explica Castro;

Pelo menos duas justificativas dadas durante as reuniões com as coordenações indicavam que havia outras preocupações para a não

adesão [...] o interesse em se ofertar cursos de pós-graduação e a preocupação de que este público exigiria a formatação de cursos menos complexos, diferentemente do que era ofertado até então (CASTRO, 2016, p.153).

Em 2008 foi criado com regime de Autarquia Federal o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), de acordo com a Lei Nº 11.892. Já existia uma proposta do governo Federal (Luiz Inácio Lula da Silva) desde 2003, com novas resoluções para a educação enquanto profissional e tecnológica, envolvendo o ensino básico, superior e profissional.

Atualmente os campus dos Institutos Federais tem expandido a oferta de cursos em vários níveis como o Técnico Integrado ao ensino médio, Subsequente ao ensino médio, superiores e tecnológicos, Licenciaturas e Bacharelados e Pós-graduação, a sua especialidade é o ensino profissional e tecnológico, e a modalidade que vem fazendo um grande diferencial é o atendimento aos adultos, como a EJA.

Atualmente o IFG conta com 14 campus ativos possuindo cerca de 14 mil alunos, é instituição madura em ideias e na produção de conhecimentos, e a mais de cem anos vem realizando seu papel de qualificar e potencializar as práticas educacionais de acordo com a realidade. É um ensino público, gratuito e de qualidade, numa perspectiva tríade em ensino, pesquisa e extensão.

A educação de jovens e adultos chegou no IFG para romper com o preconceito existente que foi desenvolvido ao longo da história da EJA. Hoje as Instituições Federais ofertam cerca de 21 cursos tecnológicos integrados ao EJA, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Básica (PROEJA).

As Instituições Federais visam não apenas a quantidade, mas também a construção de uma história, com o objetivo de se tornar real o direito e o acesso do educando à educação de jovens e adultos, até então não frequentadas por pobres.

De acordo com relatos e depoimentos de professores em eventos voltados para modalidade EJA, os desafios e os avanços são temas mais discutidos no processo de implantação e implementação dos cursos e turmas, uma vez que as maiores dificuldades são a adequação dos cursos, as ementas e a grade curricular.

Por se tratar de um público específico em que a grande maioria são trabalhadores, é necessário pensar e buscar recursos tanto para o acesso e permanência

desses alunos, pois muitos se encontram em situações de vulnerabilidade e cansados pelos problemas sociais.

Para Freire na educação de jovens e adultos é necessário conhecer seu público e suas necessidades e as transforma-las em práticas pedagógicas, que atendam esses alunos de acordo com seus históricos sociais. Garantindo direitos igualitários de uma educação de qualidade acadêmica social e emancipatória, respeitando suas experiências, ou seja, conhecimentos adquiridos ao longo da vida (FREIRE,1996).

A formação do docente também é um ponto debatido, pois a preocupação e a necessidade quanto a formação de professores para atuar na modalidade EJA é real, pois é um curso que oferece ao mesmo tempo a educação básica e a formação profissional e ser frequentado por pessoas que já estão fora da escola a muito tempo possuem muitas dificuldades em aprender.

O ensino integrado a educação de jovens e adultos oferecido pelo IFG, tem se revelado ao longo de sua trajetória, ser contrária a educação oferecida aos trabalhadores pelas demais instituições. Vem percorrendo um caminho de lutas e desafios no sentido de valorizar a modalidade EJA, unindo a educação básica e a profissional a uma educação emancipatória (BARBOSA *et al.* 2016).

Mesmo com a escassez de políticas de práticas públicas e a negação da existência desse público por parte dos governantes, o IFG vem desenvolvendo uma educação com elevado índice de escolaridade. Esse diferencial é o reconhecimento na qualidade acadêmica, tendo como alvo uma educação politizada e ideológica firmada em um projeto voltado para a democracia popular com a finalidade de atender a população e suas diversidades. Vai além de uma formação técnica, pois propicia uma formação integral socialmente crítica e empreendedora.

Podendo ser vista como uma formação politécnica, como destaca Machado;

Politécnica representa o domínio da técnica em nível intelectual e a possibilidade de um trabalho flexível com a recomposição das tarefas em nível criativo. Supõe a ultrapassagem de um conhecimento meramente empírico ao requerer o recurso a formas de pensamento mais abstratas. Vai além de uma formação simplesmente técnica ao pressupor um perfil amplo de trabalhador, consciente, e capaz de atuar criticamente em atividades de caráter criador e, de buscar com autonomia os conhecimentos necessários ao seu progressivo aperfeiçoamento (MACHADO, 1994, p. 19).

Sobre a educação voltada para a cidadania aliada a tecnologia, a ciência humana e ao social, dessa forma Oliveira (2000) enfatiza que,

Uma formação que alie a cultura e produção, ciência e técnica, atividade intelectual, e atividade manual; que seja fundada nos processos educativos da prática social em que o trabalho concreto produtivo e reprodutivo da existência humana material e sociocultural aparece como propriedade fundamental. Dentro disso, trabalho e escola não são entendidos apenas como espaço em que se realiza. Respectivamente, a produção ou preparo para o exercício de atividades produtivas (OLIVEIRA, 2000, p.42).

Historicamente o ensino do EJA, traz características que não encaixa na visão emancipatória do trabalhador, como os currículos aligeirados, visão compensatória, ensino voluntário, terceirização da educação e ações não finalizadas, transferindo assim a responsabilidade para o trabalhador.

O capitalismo avançado pôde seguramente ordenar seus negócios de modo a limitar o período e educação institucionalizada em uns poucos anos economicamente convenientes da vida dos indivíduos e mesmo fazê-lo de maneira discriminadora/elitista (MÉSZÁROS, 2008, p. 80).

A implantação do PROEJA no IFG teve início com a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) com a participação coletiva, tendo como objetivo principal assegurar o direito a educação dos jovens e adultos que estão fora da escola, oferecendo a educação básica e a formação profissional, sendo ofertado inicialmente o curso técnico integrado em alimentação. (BARBOSA *et al.* 2016).

Após um semestre de oferta do curso foi detectado problemas relativos a adequação do curso ao público como ementas, grade curricular, seleção, divulgação, horário, capacitação de servidores, sala de aula adequada e dificuldades de aprendizagem dos alunos, e com a finalidade de resolver os problemas e fazer as adequações necessárias foram realizadas reuniões com a equipe pedagógica técnica e alunos. Feitas as devidas mudanças e adequações, aumentaram tanto a procura quanto

ao acesso ao curso técnico integrado em alimentação, e as mudanças mais significativas ocorreram nas formas de acesso entre anos de 2006 a 2011 (BARBOSA, et al. 2016)

Em relação ao acesso dos estudantes da EJA no IFG, MOLL destaca que;

Pois o retorno à escola não é uma tarefa simples para quem já deixou de ser estudante há muito tempo ou que saiu por ver expectativas exauridas e sonhos frustrados. É preciso trazer esses estudantes de volta à escola, facilitando as formas de acesso (MOLL, 2010, p.135).

Na implantação do curso PROEJA, foram ofertados aos alunos auxílio permanência como o auxílio transporte, alimentação, para os servidores foram oferecidos cursos de capacitação e formação continuada. Arroyo (2005), destaca que na educação de jovens e adultos é necessário que os profissionais envolvidos conheçam o seu público e suas necessidades.

Até 2011 o campus Goiânia contava apenas com os cursos de turismo e Hospitalidade, e o campus Jataí contava desde 2006 com os cursos de Edificações na modalidade EJA, que foi substituído pelo Curso Integrado em Secretariado. A partir daí o IFG expandiu e foram criados novos campus e cursos voltados para o PROEJA.

De 2010 a 2012 o campus Goiânia por meio do projeto de extensão e da coordenação dos cursos de turismo e hospitalidade ofereceu o curso de formação inicial e continuada em alimentos, integrado ao ensino fundamental voltado para a EJA com a participação da secretária municipal da educação.

Em 2011 por meio do decreto Nº 12.513 surgiu o PRONATEC, programa nacional de acesso ao ensino técnico e ao emprego, com a finalidade atender os trabalhadores oferecendo educação profissional e tecnológica atendendo de forma rápida o setor produtivo e econômico, em uma formação em massa de trabalhadores conforme a Lei do PRONATEC;

Ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas projetos e ações de assistência técnica e financeira (...) em regime de colaboração entre união, os estados, o Distrito Federal e os municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem e instruções de educação profissional e tecnológica habilitadas nos termos desta lei. (BRASIL, 2011, p. 1 - 2).

Por ser cursos com formação aligeirada não oferece ao trabalhador uma educação emancipadora, como rege o projeto político pedagógico da educação de jovens e adultos nos IFG, sendo que somente no segundo semestre de 2013 os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) oferecido pela programa Bolsa Formação / PRONATEC foi ofertado ao público da EJA, considerado um avanço limitado por não conter nos documentos de maneira clara a oferta dos cursos FIC ao EJA (BARBOSA *et al*, 2016).

Portanto é inevitável as críticas relacionadas ao PRONATEC, pois as políticas educacionais propostas pelo IFG nunca contaram com políticas públicas governamentais específicas para a modalidade, somente com programas e campanhas.

Diante da necessidade da construção de uma educação transformadora foram criados fóruns e eventos de debates da construção de uma educação transformadora, voltados para EJA desde 1999, a fim de empreender discussões.

A Resolução Consup (Brasil, 2017) que dá condições legais a integração da educação básica a formação profissional a modalidade EJA traz esperança de uma resposta positiva para os trabalhadores, ficando evidente a possibilidade do poder público educacional dos trabalhadores que estão fora da escola e que vivem em meio a uma disputa entre economia globalizada e as grandes mudanças do setor produtivo.

A construção de uma nova história da EJA, por meio da implantação de um programa educacional no IFG, é marcada por vários desafios tanto no âmbito político quanto nas tomadas de decisões com a intensão de oferecer uma educação integral, levando em conta que esses trabalhadores estão inseridos e dependentes de uma sociedade capitalista. No entanto a preocupação era transformar esta proposta em realidade, que é garantir o direito a educação, a democratização ao acesso da população pobre na educação de jovens e adultos atendendo as demandas e desafios da atualidade e contrariando um sistema que trabalha à fim de manter e expandir a educação capitalista.

2.3. EJA NO CAMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

Aparecida de Goiânia é a segunda maior cidade do Estado em número de habitantes de acordo com o IBGE. Devido ao crescimento urbano e as modificações no cotidiano da população, mudou também os hábitos alimentares, com isso o setor alimentício está cada vez mais em busca de profissionais capacitados, gerando empregos e deixando o mercado em alta.

A economia do município de Aparecida de Goiânia tem como base principal o setor industrial, pois geograficamente fica impossibilitada de se desenvolver o setor da agricultura e pecuária. No entanto é privilegiada por estar localizada em uma região que facilita o tráfego, ligada a rodovias estaduais e federais e conta hoje com vários polos industriais de grande importância para Aparecida, Goiás e ao Brasil, propiciando o desenvolvimento estrutural, produção de renda e elevando a arrecadação municipal.

O IFG chegou em Aparecida com a proposta de participar ativamente e ajudar o município, o estado e principalmente a região metropolitana de Goiânia no crescimento e desenvolvimento econômico, por meio da educação profissional em nível médio superior, com ensino voltado para a pesquisa e extensão.

Segundo o site Oficial do IFG, o campus Aparecida de Goiânia iniciou suas atividades acadêmicas em 2012 sendo a primeira instituição federal a atuar na cidade. O objetivo era expandir o IFG e oferecer um maior número de vagas e cursos voltados para a educação básica integrada a profissional e superior, e assim atender as demandas da população.

O campus Aparecida iniciou oferecendo 120 vagas por meio de processo seletivo (vestibular), distribuídos nos cursos bacharel em Engenharia Civil e os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em tempo integral, em Agroindústria, Edificações e Química.

O IFG - Campus Aparecida tem em sua proposta educacional ao público da EJA, como uma formação pautada na pesquisa, ciência e tecnologia, visando formar um profissional que produz conhecimento e compreenda a realidade do mundo do profissional, para atuar com ética e competência.

Em 2013 o campus expandiu e começou a oferecer o curso de licenciatura em dança e o curso técnico integrado em panificação na modalidade EJA, este último passou por uma reformulação em 2017 e se tornou o atual curso técnico em alimento integrado ao ensino médio na modalidade EJA. Em 2014 o instituto passou a oferecer o curso técnico integrado em modelagem do vestuário voltado para a educação de jovens e adultos.

Ao assumir a EJA como uma modalidade educacional, a instituição assumiu também o dever de ofertar um ensino que vai para além da profissionalização, estabelecendo uma formação integral, emancipatória e humanística. Para que o profissional ao ser inserido no mundo do trabalho seja capaz de produzir conhecimento que contribua para transformação social, bem como, desenvolver um pensamento crítico.

A construção do projeto do Curso de Alimentos aconteceu por meio da participação da equipe multiprofissional e alunos da EJA, de acordo com o projeto de curso fica visível a preocupação dos profissionais em relação ao ensino a ser ofertado no curso de alimentos. A intenção é proporcionar a formação técnica em nível médio e a profissionalização, e ao mesmo tempo fazer com que os alunos concluam o curso com um nível elevado de escolaridade.

De acordo com o PPC do curso Técnico em Alimentos chega no IFG - Campus Aparecida, esse curso tem uma proposta segundo os estudos da demanda e crescimento do setor alimentício no país e nas regiões em torno de Goiânia, uma vez que o Brasil atualmente é um dos países que lidera o ranking, tanto na produção e exportação de vários tipos de produtos alimentícios. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA), o comércio de alimentos representa um dos maiores setores das indústrias brasileiras, tanto em faturamento quanto na geração de empregos.

Ao implantar o Curso Integrado em Alimentos na modalidade EJA, sua intenção era inserir jovens e adultos no mercado de trabalho, e também para contribuir como suprimento das demandas do mercado de trabalho, oferecendo formação de qualidade e não abrindo mão do ensino integral emancipatório.

Hoje o Técnico em Alimentos é um profissional indispensável dentro de uma empresa, pois é apto a desenvolver e modificar produtos usando técnicas e pesquisas na avaliação, análises, interpretação de gráficos e tomadas de decisões, além de estar

sempre atualizado quanto a realidade econômica e social da população a qual o produto é destinado, sobretudo zelando de maneira consciente pela segurança e qualidade.

O ingresso no curso Técnico em Alimentos se dá por meio de seleção anual podendo ser também por transferência ou reingresso, são ofertadas 30 vagas para alunos com idade mínima de 18 anos e preferencialmente não ter cursado o ensino médio. Podendo acrescentar mais 20% a mais de vagas de acordo com a estrutura física e pedagógica que se encontra a instituição, obedecendo as datas dos editais ou chamada pública publicada divulgada no site do IFG.

A conclusão do curso se dá por meio de apresentação e aptidão da competência básica para desenvolver atividades baseadas em teoria e a prática, e principalmente ética e humana. Ser capacitado e consciente das inovações científicas e tecnológicas dos impactos ambientais e sociais, além de contribuir com o desenvolvimento econômico e político cultural. Ao concluir o curso o aluno não será apenas um profissional Técnico em Alimentos, mas estará pronto e exercer a cidadania seguro de seus direitos e deveres.

A grade curricular do curso é organizada e aplicada de acordo com o Projeto Pedagógico do IFG e a lei Nº 9.394/96, que foi reformulada em 2008 pela lei Nº 11.741/2008. Segue também as diretrizes curriculares nacionais, os parâmetros curriculares nacionais e as diretrizes curriculares nacionais direcionada a educação profissional técnica em nível médio.

O currículo integrado procura uma forma de unir teoria e prática na realização de ações e trabalhos, evitando a fragmentação do currículo, como mostra o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso, o IFG está disposto a pensar e buscar soluções e alternativas.

Organizações curriculares integradas usualmente suscitam problemas para a administração da escola: exigem espaços diferentes para o desenvolvimento das atividades, divisão diferenciada do tempo, previsão de horário para os encontros de professores e os processos coletivos de estudo e debate. Igualmente, é necessária uma nova maneira de realizar os registros: não basta saber o que cada classe trabalha, mas no que esteve empenhado cada aluno (LOPES, 2008, p. 59).

Sendo assim, o currículo do Curso Técnico em Alimento está organizada e definida dentro do que determina a lei Nº11.741/2008 e das diretrizes do Projeto

Político Pedagógico (PPP) do IFG, e ainda possui uma Base Curricular firmada nos eixos tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC), redução CNE/CEB nº03/2008, baseado no parecer CNE/CEB, Nº11/2008 e deliberado pela portaria ministerial nº 870/2008.

A integração do currículo da educação básica com a profissional para a educação de jovens e adultos está firmada e definida pela lei e documentos específicos da EJA, sendo o Decreto nº5.154/2004 e 5.840/2006, parecer CNE/CEB nº 11/2000 e resoluções CNE/CEB nº 01/2000 e, nº01/2004 e nº 01/2005.

A matriz curricular do Curso Técnico em Alimento do IFG campus Aparecida propõe uma formação geral, referente a educação básica e formação profissional que envolvem os conhecimentos referentes a educação técnica e a formação integral, portanto seu objetivo é promover uma educação politécnica, integrando o currículo.

De acordo com o PPC do Curso de Alimento sua matriz curricular traz como obrigatório a construção e apresentação de seminários curriculares em cada semestre como base integradora levando o docente a construir conhecimentos por meio do relacionamento e do diálogo entre teoria e prática, unindo a metodologia e a prática pedagógica, garantindo além da educação formal, a formação histórica, social e cultural.

A Prática Profissional Integrada (PPI), também é uma forma de articulação no Curso Técnico em Alimento que prepara e capacita os estudantes para atuar no mundo do trabalho. Estas atividades são articuladas e realizadas de forma interdisciplinar entre as partes teóricas e práticas durante o semestre letivo, sendo coordenadas e acompanhadas por pelo menos um profissional da área técnica-pedagógica.

Nas práticas profissionais também estão envolvidas as atividades de pesquisa e extensão, podendo ser desenvolvidas tanto dentro da própria instituição IFG quanto na comunidade e instituições parceiras, grupos e associações a fim de obter contatos e conhecimentos das áreas afins, bem como desenvolver ações sociais além do preparo na área profissional.

As atividades práticas e teóricas são atividades específicas do curso em alimento na modalidade EJA, a forma integrada e interdisciplinar também faz parte do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do início ao final da formação técnica. Esta metodologia é aplicada de maneira que leve o aluno a desenvolver de modo integral o trabalho em equipe e o viver em sociedade.

De acordo com o PPC, todo o currículo do curso é norteado por este documento em caráter coletivo, avaliado e analisado quando necessário por uma equipe competente e toda a comunidade escolar para que as práticas pedagógicas sigam as exigências científicas técnicas, sociais e culturais.

Sendo assim a realização de seminários, projetos oficinas, visitas técnicas, bem como projetos de pesquisas e extensão que são indispensáveis e estão presentes em todos os períodos do curso, sendo o papel do professor fundamental para o aluno no processo de aprendizagem e desenvolvimento do conhecimento, usando estratégias e principalmente considerando os conhecimento já adquiridos desses alunos e alinhando aos conhecimento escolares, levando-os a uma formação integral e emancipatória.

A proposta metodológica deste curso, tem como finalidade integrar a educação básica com a formação profissional considerando as especificidades de cada aluno, contextualizando seu histórico de vida social, psicológico, familiar, financeiro e biológico.

O acesso, permanência e êxito ao IFG, busca por meio de política educacional voltado ao estudante, democratizar e cumprir o que está no plano institucional, desenvolvendo ações pedagógicas e acompanhamento do aluno com dificuldade de aprender e no desempenho escolar.

A acessibilidade ao campus tem como finalidade dar condições e possibilidade ao acesso permanência e sucesso dos estudantes, sendo assim, a instituição tem buscado adequar as instalações e assim e assim dar condições de acesso aos estudantes e a comunidade em geral portadora de deficiência física neste sentido o IFG conta com profissionais em várias áreas para acompanhar e ajudar os estudantes de acordo com a deficiência e transtorno, visando a inclusão.

O curso técnico de modelagem e vestuário na modalidade EJA chega ao IFG com a proposta de contribuir para o crescimento e fortalecimento do setor industrial de confecção e vestuário no Brasil, estado de Goiás e principalmente do município de Aparecida de Goiânia, sendo que, o curso é de grande importância para o mercado de trabalho, pois sua finalidade é a inclusão de pessoas que por vários motivos estão fora da escola, e que na maioria são trabalhadores que buscam uma colocação no mundo do trabalho e melhores condições de vida. Além da formação profissional o curso oferece uma formação integral, emancipatória e humanística.

Com a expansão do setor industrial e surgimento de dois polos industriais o município vem também consolidando a economia e o comércio. Devido ao rápido crescimento do PIB e um considerável desenvolvimento das diversas áreas comerciais e sociais, surge também a necessidade de investir na formação e profissionalização dos trabalhadores, a fim de atender as demandas, considerando que o estado de Goiás ocupa o 4º lugar no nível de empregos e pagamentos de salário do setor de vestuário.

A implementação do curso técnico em modelagem do vestuário integrada ao ensino médio na modalidade EJA no IFG Aparecida está firmado nos princípios legais da constituição Federal de 1998 que tem como objetivo principal o desenvolvimento integral do ser humano para o exercício da cidadania, a formação e a qualificação para o mundo do trabalho.

Neste sentido, em cumprimento ao artigo 208 que determina ao estado assegurar o direito de educação gratuita de qualidade bem como o acesso e permanência para as pessoas que não tiveram acesso à educação na idade certa e assim reparar os danos causados pela falta dela, por meio da política educacional voltada para o público da EJA.

Conforme O PCC do curso de modelagem, a característica fundamental do curso é a reparação social de forma igualitária e equalizadora para todos, conforme propõe a matriz curricular considerando que devido a especificidade do público da EJA, há a necessidade de adequação de tempo e espaço para o desenvolvimento da prática educacional. Por ser uma modalidade específica o EJA possui um modelo pedagógico apropriado para o ensino de jovens e adultos. Sendo assim, o currículo deverá ser executado de forma integradora e que inclua as áreas científicas, tecnológica, cultural e do trabalho num contato histórico social, ou seja, uma educação politécnica como explica Ramos (2010).

A relação entre a educação básica e profissional deve permitir compreender a ciência como força produtiva assim como apropriação do sentido do trabalho pelo trabalhador evidencia o sentido vivo produtivo e histórico dos conhecimentos científicos. De tais diretrizes decorre que a formação profissional que possibilita a reapropriação pelo trabalhador de seu potencial criador e transformador e aquela mediada pelo conhecimento e que, portanto, pressupõe a educação básica como dela indissociável (RAMOS, 2010, p.81).

Em obediência a LDB 9394/96, e ao Programa Nacional de Integração da Educação Básica e a Educação Profissional, na modalidade EJA – (PROEJA), o currículo do curso de modelagem do vestuário deve ser planejado e executado de forma integrada e articulada, ou seja, oferecer ao mesmo tempo a educação geral e a educação profissional, com uma metodologia de ensino que atenda o perfil dos estudantes jovens e adultos.

Para ingressar no curso de modelagem do vestuário o aluno deverá ser maior de 18 anos, concluído o ensino fundamental e ter idade mínima de 18 anos e de preferência não ter concluído o ensino médio. A seleção é realizada por meio de palestras, entrevistas e entrega dos documentos e a inscrição é gratuita.

Ao concluir o curso, espera-se que o aluno esteja apto a desenvolver e executar atividades referentes ao mercado da moda em nível técnico, como expõe o catálogo nacional dos cursos técnicos em modelagem do vestuário.

Cria e desenvolve projetos de moda. Utiliza técnicas de modelagem bi e tridimensionais. Elabora desenhos e fichas técnicas. Representa graficamente peças de vestuário planificadas. Utiliza ferramentas da computação gráfica para moda. Supervisiona produção de peça-piloto e produção em série. Avalia a vestibilidade e a viabilidade técnica do produto (BRASIL, 2016, p.190)

Portanto faz parte dos objetivos gerais e específicos do PPC do curso e da instituição, ofertar e viabilizar aos alunos da EJA, uma formação de qualidade, que permite a entrada com sucesso no mundo trabalho e o desenvolvimento de várias competências.

O planejamento e execução da matriz curricular do curso técnico de modelagem está de acordo com o artigo 8º DA Lei 11.892/2008, lei esta que está firmada na criação dos institutos federais de educação profissional, científica e tecnológica.

De acordo com o Decreto Nº 5.154/2004, a educação profissional técnica de nível médio deverá ser oferecida e desenvolvida de forma integrada e articulada ao ensino médio, de maneira que, ao concluir o curso o aluno esteja habilitado a atuar como profissional técnico em nível médio, com uma única matrícula e na mesma Instituição e uma carga horária que garanta uma formação geral e preparação para o sucesso profissional como explica Frigotto (2005).

Considerando-se que a contingência de milhares de jovens que necessitam o mais cedo possível, buscar um emprego ou atuar em diferentes formas de atividades econômicas que gerem sua subsistência, parece pertinente que se faculte ao mesmo a realização de um ensino médio que, ao mesmo tempo em que preserve sua qualidade de educação básica como direito social e subjetivo, possa situá-los mais especificamente em uma área técnica ou tecnológica. (FRIGOTTO, 2005, p.77).

Conforme o PCC do curso o IFG tem buscado assumir o compromisso firmado como instituição em oferecer a formação profissional, técnica em nível médio integrada ao ensino médio e assim preservar o direito à educação básica.

Conforme o PCC do curso o IFG tem buscado assumir o compromisso firmado como instituição em oferecer a formação profissional, técnica em nível médio integrada ao ensino médio e assim preservar o direito à educação básica.

O PCC do curso propõe uma metodologia de ensino aprendizagem conforme as características dos alunos da EJA, sendo em tempos e espaços diferentes, portanto o currículo também deve ser aplicado de forma flexível e de acordo com a lei e o regulamento acadêmico dos cursos técnicos, profissionalizantes integrados ao ensino médio na modalidade EJA, e forma interdisciplinar e integrada entre teoria e a prática, ou seja, integrando as disciplinas do ensino básico e as disciplinas temáticas e projetos integradores.

O IFG é responsável por buscar por meio de políticas educacionais democratizar, cumprir o planejamento institucional, desenvolver ações pedagógicas e o acompanhamento dos alunos com déficit de aprendizagem. Além de oferecer auxílio financeiro, médico odontológico, psicológico e social, visando a inclusão. Quanto a acessibilidade sua finalidade é dar condições, possibilidades, acesso, permanência e o sucesso dos estudantes. Dessa forma, o campus tem buscado adequar suas instalações no sentido de atender tanto os alunos quanto a comunidade em geral portadora de deficiência física.

3. EDUCAÇÃO DE ADULTOS À EDUCAÇÃO POPULAR: POSSIBILIDADES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO IFG

3.1. É POSSÍVEL PROMOVER UMA EDUCAÇÃO POPULAR EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO?

Voltando na história da educação de jovens e adultos, vemos que a educação popular surgiu dentro dos movimentos sociais, estes podem surgir no interior das instituições públicas como as universidades Federais e escolas em geral, que são resultados de experiências e práticas educacionais realizadas no cotidiano da vida escolar que buscam efetivar os direitos políticos sociais, culturais, econômicos e entre outros.

De acordo com (BRANDÃO,1995) a educação popular é um modelo de educação voltada para as classes populares que estão subordinadas ao sistema capitalista, e seu objetivo é educar para a democracia e a emancipação, sendo assim para mim é proposto e praticado no IFG conforme os PPCs dos cursos ofertados para a EJA.

Como se refere Brandão,

(...) educação popular é a educação das classes populares. É uma prática pedagógica politicamente a serviço das classes populares. Isto porque os operários, camponeses lavradores sem terra e trabalhadores sem emprego é atribuído a tarefa histórica de realização das transformações sociais a que deve servir a educação (BRANDÃO, 1995, p.27).

Quando volto pra a realidade do IFG e ao ensino ofertado para a EJA, compreendo que a educação não pode ser vista apenas como forma de adquirir um certificado e com o propósito de apenas ter acesso ao mercado de trabalho.

Podemos considerar a constituição de 1998 uma conquista que veio por meio de muitas lutas a qual está registrada na história da educação, por isso a escola tem um significado muito importante para a sociedade sendo um espaço de desenvolvimento de habilidades e visão de mundo além de ser um lugar de debates e discussões, para

acontecer uma educação com a participação popular é necessário que haja espaço e condições como Paulo Freire afirma;

Não há nada que mais contradiga e comprometa a imersão popular do que uma educação que não jogue o educando as experiências do debate da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação (FREIRE, 1979, p. 101).

Com o desenvolvimento da pesquisa a minha percepção é que o IFG tem buscado ao nível institucional desenvolver uma educação integral e emancipatória, onde o aluno recebe além do ensino básico e profissionalizante e recebe também uma educação que o leve a construir conhecimento.

Compreendi também que o educador exerce um papel fundamental na realização desse modelo de educação, então há a necessidade de refletir sobre a formação que está sendo ofertada nos cursos de formação desses profissionais pois são os educadores que convivem diretamente com os educandos e com os conflitos tanto social quanto ideológico que vivem esses indivíduos, uma vez que dentro de uma instituição nem todos são iguais e tem a mesma necessidade, por isso é necessário que o educador utilize de uma prática dialógica.

Paulo Freire foi o grande defensor da educação com a participação popular e foi ele quem introduziu esse modelo de educação no Brasil, portanto ele nos alerta e defende a formação profissional voltada para a educação popular, a fim de trabalhar a conscientização quanto a necessidade de mudança da realidade, sabendo que estes indivíduos estão inseridos e dependentes de uma sociedade dominante, e são a causa da existência das organizações capitalistas que compram mão de obra barata.

A minha grande preocupação é o método enquanto caminho do conhecimento. Mas a gente tem que perguntar em favor de quem conhecer, portanto, contra quem conhecer, em favor de quem conhecer e contra quem conhecer. Essas perguntas que a gente faz enquanto educadores, ao lado do conhecimento que é sempre a educação, nos levam a confirmação de outra obviedade que é a da natureza política da educação. Quer dizer que a educação enquanto ato de conhecimento é também e por isso mesmo também é um ato político. No momento mesmo em que a gente pergunta em favor de quem é contra quem, em favor de quem é contra quem eu conheço,

nós conhecemos, não mais como admitir uma educação neutra a serviço da humanidade, como abstração (FREIRE, 1982, p.97).

A possibilidade de promover uma educação popular em uma instituição pública inicia a partir do momento que compreendemos que a educação acontece além da sala de aula e dos ambientes escolares, a educação acontece em várias áreas do desenvolvimento humano e em diferentes ambientes quando se trata da educação de jovens e adultos, faz-se necessário trazer essa educação para o campo político para que o educando se descubra como sujeito no processo histórico.

É perceptível que as organizações capitalistas lutem de todas as formas para impedir os avanços dessa modalidade de ensino nas escolas e instituições por meio de confrontos ideológicos, pois sabem que os movimentos sociais são capazes de promover mudanças e liberdade. Paulo Freire destaca que o interesse da classe dominante é manter o oprimido sempre alienado e assim usufruir de mão de obra barata.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando assim, ‘sua convivência’ com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, esteja associada a sério empenho de reflexão, pra que seja práxis (FREIRE, 1987, p.29).

Realizei uma reflexão a partir da minha experiência como aluna no IFG, do curso de Pedagogia Bilíngue, relacionado a esta pesquisa efetuei sobre a educação de jovens e adultos desde a época da colonização até os dias de hoje. Sempre relacionando os fatos com as ideias de Paulo Freire conclui que apesar da constituição brasileira e as leis e diretrizes de base e a oficialização da educação de jovens e adultos como modalidade de ensino, não foi o suficiente para que pudesse ser vista como as demais modalidades de ensino.

O que foi conquistado até o momento aconteceu com muitas lutas e considero tudo isso como vergonhoso para o poder público, pois a EJA é uma modalidade de ensino que deveria ter um tratamento diferenciado por se tratar de um público que carrega consigo a marca do descaso e da exclusão.

Entretanto percebo também que apesar das dificuldades, desafios e sobretudo dos embates políticos o instituto especificamente o campus Aparecida tem se esforçado para oferecer uma educação de qualidade, integral e emancipatória, e que de alguma forma tem realizado uma educação com a participação popular, seja por meio de debates, discussões e ações realizadas com a comunidade local.

Os educandos do campus Aparecida, tem tido a oportunidade de participar de debates em prol da consolidação da instituição, lembrando que a educação popular é feita com o povo e não feita para o povo, com distância. “A educação é algo que só se resolve no cotidiano, através do esforço dos alunos, da participação das famílias, das competências e dedicação dos professores e da liderança da escola” (FREITAS, 1995, p. 31).

Enfim, para Paulo Freire existe o “inacabamento” não somente da educação, mas também das pessoas. Vale a pena não só refletir sobre essa afirmação de Paulo Freire, mas estar sempre em busca e praticando o que ele pregou e deixou como legado.

Nenhuma realidade é porque tem que ser transformável. Mas, para justificar os interesses que obstaculizam a mudança, é preciso dizer que “é assim mesmo”. O discurso da impossibilidade é, portanto, um discurso ideológico e reacionária. Para confrontar o discurso ideológico da impossibilidade de mudar tem-se de fazer um discurso também ideológico de que tudo pode mudar. Eu não aceito, eu recuso completamente essa afirmação, profundamente pessimista, de que não é possível mudar (FREIRE, 2001, p.169).

A partir das minhas experiências e este estudo, concluí que é possível promover uma educação popular em uma instituição pública. Ao relacionar o conceito de educação popular com a educação oferecida ao público da EJA no IFG, percebo que fica evidente a prática de uma educação politizada em todos os âmbitos do Instituto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta pesquisa ficou evidente a importância que esta modalidade do ensino de jovens e adultos, representa na vida das pessoas que não conseguiram estudar no ensino regular, uma vez que a maioria são trabalhadores, jovens, adolescentes e até mesmo idosos. A idade adulta traz experiências e independência, os alunos adultos são responsáveis por decidir e conduzir seu próprio processo de aprendizagem. E com isso a grande parte dos alunos da EJA ingressam cedo no mercado de trabalho, necessitando assim obter uma certificação para prosseguir trabalhando ou melhorar de vida.

Sendo assim compreendo que a EJA desempenha um papel fundamental na vida das pessoas que ingressam nesta modalidade, tornando indivíduos ativos, deixando de reproduzir e se tornando construtores de novos conhecimentos.

A educação é um processo contínuo, e a EJA traz possibilidades de acesso à escola e uma nova oportunidade para prosseguir e concluir seus estudos de forma flexível e com qualidade. A característica da educação oferecida ao público da EJA é reparatória e equalizadora, para que os alunos ao concluir sejam capazes de conviver na sociedade com dignidade e atuar com consciência no mundo do trabalho. Pois quando a educação é emancipatória o indivíduo se liberta da ignorância e se torna pensante para tomar suas próprias decisões já que vivem em uma sociedade tão manipuladora, lembrando que vivemos em um mundo globalizado que necessita cada vez mais de pessoas atualizadas e que faça a diferença neste mundo competitivo e desigual.

Devemos entender também que apesar da educação de jovens e adultos e a educação popular possui características idênticas e não se trata da mesma modalidade de ensino. A educação popular pode sim acontecer em conjunto com a educação de jovens e adultos, desde que a instituição se disponha e engaje. Pois, a EJA hoje é uma modalidade de ensino oficializada e a educação popular ocupa outras preocupações e espaços apesar de que seus objetivos deveriam ser os mesmos.

Paulo Freire foi essencial e o grande idealizador e introdutor no Brasil dessa modalidade denominada libertadora. A importância de Paulo Freire vai além de sua biografia, isso pode ser constatado por meio de suas obras. Criador de um sistema de alfabetização, com a participação popular, tinha a educação como instrumento de transformação. Seus princípios provenientes do cristianismo todas as suas obras são

marcadas por sentimentos de esperança e mudança tendo como instrumento a educação, além de deixar ensinamentos de vida em sociedade, de justiça e fraternidade.

Sabemos que apesar dos avanços que vem acontecendo ao longo da história da educação, ainda persiste em nosso país a forma arcaica e opressora de educar, em razão de a própria sociedade ainda ver a escola somente como um local de busca de certificado que garanta o acesso ao emprego, e melhorar suas condições de vida, continuando refém do sistema capitalista.

Finalizo afirmando que diante desta sociedade totalmente capitalista, surge nos Institutos Federais a possibilidade de uma educação que atenda a população não somente com o ensino profissionalizante. O Instituto Federal de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia vem fazendo uma enorme diferença na vida das pessoas que ingressam nos cursos oferecidos a modalidade EJA. Que tem como característica principal o ensino básico integrado ao profissionalizante, seu diferencial é o elevado índice de escolaridade por ser uma instituição pública que visa principalmente a formação integral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, W, org; SOUZA, R.R, org; MORAIS, M.R.S.R, org. Instituto Federal de Goiás: História, Reconfigurações e Perspectivas. Goiânia: Editora IFG, 2016.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Paulo Freire**. Recife: Editora Massangana, 2010.

BRANDÃO, C. R. **Em Campo Aberto: Escritos sobre a educação e a cultura popular**. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2019: notas estatísticas. Brasília, 2020.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm> Acesso em: 19 set. 2020

BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file>> Acesso em: 08 out. 2020.

CASTRO, Mad' Ana Desirée Ribeiro de. **O PROEJA no Instituto Federal de Goiás: contradições, limites e perspectivas**. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2016.

CONTILIANI, D.F.; PEREIRA, T. C. **A livre-docência no Brasil: Contribuições historiográficas para a Genética**. Riberão Preto: Sociedade Brasileira de Genética, 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

_____. **Educação: O sonho possível**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982.

FREIRE, PAULO.; FREIRE, A. M. A. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- _____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Política e educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREITAS, Luis Carlos de. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico da didática**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- FRIGOTTO, G. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.
- GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- _____. (Org.). **Paulo Freire: Uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. **Pedagogia da práxis**. São Paulo, Cortez, 1995
- GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 4. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2001.
- GADOTTI, Moacir.; TORRES, C. A. **Estado e Educação Popular na América Latina**. Campinas: Papirus 1992.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. São Paulo, 2019.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LOPES, Alice Cassimiro. **Políticas de Integração Curricular**. Rio de Janeiro: UERJ, 2008
- MACHADO, L. R. S. **Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora**. In: MACHADO, L.R.S. **Trabalho e Educação**. Campinas: Papiros, 1994. p.9-23.
- MÉSZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/mova/>> Acesso em: 25 mai. 2020.
- MOLL, Jaqueline. **Proeja e democratização da educação básica**. In: Moll, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. **Mudanças no mundo do trabalho: acertos e desacertos na proposta curricular para o Ensino Médio (Resolução CNE 03/98). Diferenças entre formação técnica e formação tecnológica.** Educ. Soc., Campinas, v. 21, n. 70, p. 40-62, Abr. 2000.

PADILHA, P. R. **Planejamento Dialógico: Como construir o projeto político-pedagógico da escola.** São Paulo: Cortez, 2001.

SAMPAIO, M. N. **Educação de Jovens e Adultos: uma história de complexidade e tensões. Práxis Educacional**, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 13-27, 2009. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/600>. Acesso em: 20 mai. 2020.

SANTANNA, F.M.; ENRICONE, D.; ANDRÉ, L.; TURRA, C.M. **Planejamento de ensino e avaliação.** 11. ed. Porto Alegre: Sagra / DC Luzzatto, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas SP: Autores Associados, 2011.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (Orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil.** Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2005.

TEIXEIRA, Gilberto. **Andragogia: A aprendizagem de adultos.** 2005. Disponível em: <http://lecschool.com.br/v1/biblioteca/eduandragogi2.pdf> Acesso em: 16 out. 2020

VALE, A.M. do. **Educação popular na Escola Pública.** São Paulo: Cortez, 1992.



**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
GOIÁS

Documento Digitalizado Público

TCC VERSÃO FINAL

Assunto: TCC VERSÃO FINAL

Assinado por: Gracielly Prado

Tipo do Documento: Documentos

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Gracielly Silva Prado, AUX EM ADMINISTRACAO**, em 08/01/2021 16:12:50.

Este documento foi armazenado no SUAP em 08/01/2021. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 126802

Código de Autenticação: 30998b92df

